PLANO DE ENSINO

FDCON

DISCIPLINA: DIREITO ADMINISTRATIVO IV (Servidores Públicos e Controle da Administração Pública)

TURNO: M/N	PERÍODO: 7º	C.H.60

PROFESSOR:

I – IDENTIFICAÇÃO

Curso: Direito

II – Ementa

Objetiva-se fazer com que o aluno aprenda os aspectos mais relevantes das formas de controle dos atos da Administração – o controle interno e o controle externo – e os limites desse controle, a fim de preservar o conteúdo meritório da atuação administrativa (mérito administrativo). Por fim, as duas últimas unidades trataram, respectivamente, da responsabilidade extracontratual do Estado, com destaque para a diferenciação entre esta e a responsabilidade entre sujeitos privados, e da prescrição das pretensões do Estado contra os administrados, e destes contra aqueles.

III – Objetivos da Disciplina

Objetivo Geral:
Demonstrar a unidade do sistema jurídico, de modo a explicitar seu papel social, e construir uma visão inter e multidisciplinar, capaz de fomentar os arranjos entre sociedade e Estado, propiciando ao estudante de direito a compreensão do papel que cabe ao jurista desempenhar.
Desse modo, a disciplina se insere no projeto pedagógico da FDCON de construir uma visão social da realidade, articulando teoria e práxis, que tenha o homem como sujeito das transformações sociais.
Objetivos Específicos:
- Compreender acerca do universo dos servidores públicos;
- Compreender as possíveis formas de controle da Administração Pública;
- Analisar as reais hipóteses de responsabilização do Estado pelos ilícitos civis praticados ou omitidos em seu nome;

PLANO DE ENSINO

FDCON

IV – Habilidades

- Ler, compreender textos relativos ao universo dos servidores públicos, as possíveis formas de controle da Administração Pública e de responsabilização do Estado;
- Interpretar textos normativos relativos aos servidores públicos, às formas de controle da Administração e as hipóteses de responsabilidade do Estado;
- Reconhecer a terminologia jurídica e da Ciência do Direito Administrativo, notadamente em relação aos servidores públicos, às diversas formas de controle da Administração Pública e as situações que implicam responsabilidade do Estado;
- Identificar situações jurídicas conflitantes na sociedade acerca dos temas mencionados;
- Dominar tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito Administrativo como um todo.

V – Competências

- Elaborar textos, atos e documentos com conteúdo jurídico relacionado à disciplina de Direito Administrativo, notadamente, acerca do universo dos servidores públicos, do controle da Administração Pública e da Responsabilidade dos Estados;
- Pesquisar, identificar e aplicar os textos normativos de Direito Administrativo, especificamente no que tange aos servidores públicos, às formas de controle da Administração Pública e à responsabilização do Estado, à situações concretas;
- Aplicar a correta terminologia jurídica e da Ciência do Direito;
- Utilizar raciocínio jurídico, argumentação, persuasão e reflexão crítica para criar posicionamentos jurídicos.

VI – Descrição do Conteúdo

Unidade I – SERVIDORES PÚBLICOS
1 – Agentes Públicos
1.1 Sentido
1.2 Classificação – Agentes Políticos; Agentes Particulares Colaboradores; Servidores Públicos
1.3 Agentes de fato
2 – Servidores Públicos
2.1 Sentido
2.2 Características
2.3 Classificação
2.4 Regimes Jurídicos Funcionais – Estatutário e Trabalhista
2.5 Regime de emprego público
2.6 Regime especial
2.7 Regime jurídico único
3 – Organização Funcional
3.1 Quadro funcional
3.2 Cargos, empregos e funções públicas

3.3 Criação, transformação e extinção de cargos
3.4 Provimento
3.5 Investidura: nomeação, posse e exercício
3.6 Reingresso
3.7 Vacância
3.8 Cessão de Servidores

4 Regime Constitucional
4.1 Concurso Público
4.1.1 sentido
4.1.2 fundamento
4.1.3 alcance da exigência
4.1.4 inexigibilidade
4.1.5 concurso interno
4.1.6 inscrição e aprovação
4.1.7 validade
4.1.8 precedência na convocação
4.1.9 sanção
4.1.10 resultado do concurso
4.1.11 invalidação do concurso
4.2 Acessibilidade
4.3 Acumulação de Cargos e Funções
4.4 Estabilidade
4.4.1 Estágio Probatório
4.4.2 Estabilidade e Efetividade
4.4.3 Demissão e Exoneração
4.4.4 Servidores trabalhistas
4.4.5 Vitaliciedade
4.5 Regime Previdenciário: aposentadoria e pensões
4.6 Disponibilidade
4.7 Mandato Eletivo
4.8 Sistema Constitucional de Remuneração
4.9 Associação Sindical e Direito de Greve
4.10 Direitos Sociais dos Servidores
5 – Responsabilidade dos Servidores Públicos

Unidade II – CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
1 – Conceito e abrangência
1.2 Espécies
1.3 Controle Administrativo
1.3.1 Conceito e alcance
1.3.2 Recursos Administrativos
1.3.2.1 Conceito, efeitos e fundamento
1.3.2.2 Modalidades
1.3.2.3 Coisa julgada administrativa
1.3.2.4 Prescrição administrativa
1.4 Controle legislativo
1.4.1 Alcance
1.4.2 Controle político

PLANO DE ENSINO

FDCON

Unidade II – CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

1 – Conceito e abrangência
1.2 Espécies
1.3 Controle Administrativo
1.3.1 Conceito e alcance
1.3.2 Recursos Administrativos
1.3.2.1 Conceito, efeitos e fundamento
1.3.2.2 Modalidades
1.3.2.3 Coisa julgada administrativa
1.3.2.4 Prescrição administrativa
1.4 Controle legislativo
1.4.1 Alcance
1.4.2 Controle político
1.4.3 Controle financeiro
1.5 Controle judicial
1.5.1 Sistema de unidade de jurisdição
1.5.2 Limites
1.5.3 Privilégios da Administração Pública
1.5.4 Meios de controle
1.5.4.1 Habeas Corpus
1.5.4.2 Habeas Data
1.5.4.3 Mandado de Injunção
1.5.4.4 Mandado de Segurança Individual
1.5.4.5 Mandado de Segurança Coletivo
1.5.4.6 Ação Popular
1.5.4.7 Ação Civil Pública

Unidade III – RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO

1 Introdução
1.1 Responsabilidade. Noção Jurídica
1.1.1 Tipos de Responsabilidade
1.2 Responsabilidade Civil
1.3 O Dano e a Indenização
1.4 Os Sujeitos do Cenário
2 Evolução
2.1 A Irresponsabilidade do Estado
2.2 Teoria da Responsabilidade com Culpa
2.3 Teoria da Culpa Administrativa
2.4 Teoria da Responsabilidade Objetiva
2.5 Fundamento da Responsabilidade Objetiva: A Teoria do Risco Administrativo
3 Direito Brasileiro
3.1 O Código Civil
3.2 Constituição Federal
3.3 Análise dos Elementos Constitucionais
3.3.1 Pessoas Responsáveis
3.3.2 Agentes do Estado
3.3.3 A Duplicidade de Relações Jurídicas
4 Aplicação da Responsabilidade Objetiva
4.1 Pressupostos
4.2 Ônus da Prova: Inversão
4.3 Participação do Lesado
4.4 Fatos Imprevisíveis
4.5 Atos de Multidões
4.6 Danos de Obra Pública

4.7 Condutas Omissivas
4.8 Responsabilidade Primária e Subsidiária
5 Atos legislativos
5.1 Regra Geral
5.2 Leis Inconstitucionais
5.3 Leis de Efeitos Concretos
5.4 Omissão legislativa
6 Atos Judiciais

VII – Procedimentos Didáticos

Aula expositiva e dialogada, com debates e discussões sobre os conteúdos ministrados, procurando-se testar a consistência dos conceitos e formulações à luz do ordenamento jurídico, dos anseios sociais e das teorias, tanto do direito quanto das demais ciências.
A disciplina procurará fomentar uma visão plural da sociedade e do fenômeno jurídico, de modo que a didática utilizada fomente a compreensão do discente como ser autônomo.
Além desses procedimentos didático-pedagógicos e, visando atender as Portarias MEC nº 343/2020 e nº 544/2020, bem como o Parecer CNE/CP nº 11/2020, as aulas terão as seguintes configurações:
1º Anteriormente ministradas presencialmente, passarão a ser ministradas, na modalidade remota ao vivo pela plataforma "Zoom", no mesmo dia e horário da aula presencial, através das tecnologias de informação e comunicação, com a utilização de ferramentas síncronas (via transmissão online – Webconferências, chats, seminários e debates online, que acontecem em horário previamente agendado) com aula mediada pelo professor, e as ferramentas assíncronas (são aquelas consideradas desconectadas do momento real e/ou atual) como materiais disponíveis e acessíveis no sistema de acesso dos alunos.
2º Todas as atividades estarão disponíveis através de links disponíveis no Portal do Aluno TOTVS, que poderá ser acessadas pelos estudantes a qualquer hora, tais como: material de aula na Plataforma Prezi, testes, tarefas, listas de exercícios, e-mail, arquivos de conteúdo, vídeos, gravação das aulas. Será utilizada uma combinação entre ferramentas síncronas e assíncronas para oferecer uma boa experiência de ensino, permitindo doses certas de interatividade e autonomia do protagonismo dos nossos estudantes.
3º As atividades práticas supervisionadas seguem as regras da Portaria MEC nº 544/2020, conforme Ofício e planilhas encaminhados pela FDCON ao MEC.
4º Durante todo o semestre serão aplicadas Metodologias Ativas, possibilitando ao aluno desenvolver habilidades e competências previstas na DNC e no PPC do curso utilizando:
4.1) A aprendizagem entre pares e times, com formação de equipes dentro de determinada turma para que o aprendizado seja feito em conjunto e haja compartilhamento de ideias;
4.2) Aprendizagem baseada em problemas, construindo o aprendizado conceitual, procedimental e atitudinal por meio de problemas propostos, possibilitando exposição a situações motivadoras, preparando o discente para o mundo do trabalho;
4.3) Aprendizagem baseada em projetos: fazer com que os alunos adquiram conhecimento por meio da solução colaborativa de desafios.

VIII – Recursos/ Materiais/ Locais

A disciplina será ministrada através de aulas expositivas, com a utilização de Lousa Digital, datashow, retroprojetor, utilização do acervo Bibliográfico digital e físico da instituição, cujo aparato tecnológico propiciará aulas dinâmicas, com metodologias ativas, que fazem do aluno protagonista de seu aprendizado, além de apresentações orais por meio de microfone, bem como visitas técnicas para complemento das atividades em sala..

PLANO DE ENSINO

FDCON

IX – Avaliação

O discente será avaliado com base na distribuição de 100 (cem) pontos, consistente na aplicação de 4 avaliações, sendo: 1ª Avaliação Parcial: 30 (trinta) pontos, composta de 6 questões objetivas, padrão OAB 1ª Fase, e 4 discursivas, padrão OAB 2ª Fase; 2ª Avaliação Parcial: 30 (trinta) pontos, composta de 6 questões discursivas, padrão ENADE; Trabalho Teórico-Prático: 10 (dez) pontos, cuja realização será feita em equipe, ficando todos os integrantes responsáveis pela análise de um processo real, a ser disponibilizada por cada professor, devendo, todos os integrantes da respectiva equipe produzirem texto escrito, com valor de 5 (cinco) pontos, referente à pesquisa feita do processo real, além de realizarem apresentação Oral análise do processo, com valor de 5 (cinco) pontos; e Avaliação Final: 30 (trinta) pontos, cuja prova reunirá 10 questões de cada disciplinas dogmáticas do período e deverá ter como base as questões objetivas da 1ª fase do Exame de Ordem (OAB).

X – Bibliografia

Básica

- ARAÚJO, E. N. D. **Curso de Direito Administrativo.** 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.
- MARINELA, F. **Direito administrativo.** 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.
- MAZZA, Alexandre. **Manual de direito administrativo.** 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2020

Complementar

- CUNHA, Junior Dirley da. **Curso de Direito Administrativo**. 17. ed. rev. ampl. e atual. Salvador, JusPodivm, 2019.
- MAZZA, A.; NUNES, P. N. D. F. **Administrativo na prática.** 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2017
- ROSSI, Licínia. **Manual de direito administrativo.** 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2020
- SCATOLINO, Gustavo. **Manual Didático de Direito Administrativo**/ Gustavo Scatolino, João Trindade. 7 ed. rev.,ampl. e atual. Savador. Ed. JusPodivm, 2019.
- SPITZCOVSKY, C.; LENZA, P. **Direito administrativo esquematizado®.** 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2018